



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2016. (Do Sr. Pauderney Avelino)

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Miguel Rossetto, a respeito do uso da estrutura do ministério para defender o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50 do § 2º da Constituição Federal e no inciso I do artigo 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Estado Chefe do Trabalho e Emprego, Sr. Miguel Rossetto, pedido de informação a respeito do uso da estrutura do ministério para defender o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em especial aos seguintes questionamentos:

1. A nota divulgada pela assessoria do Ministério do Trabalho e Emprego na manhã do dia 04 de março de 2016, a respeito da condução coercitiva do ex-presidente Lula, que contém timbre do próprio ministério em seu cabeçalho, foi elaborada por ordem do titular da pasta?
2. A nota foi confeccionada dentro do ministério? Quais os nomes e cargos ocupados pelos servidores e/ou assessores responsáveis pela elaboração e divulgação da nota?
3. Qual o protocolo de internet (IP) utilizado pelo equipamento de informática utilizado para a elaboração da nota?



4. Quais servidores respondem pelo e-mail institucional imprensa@mte.gov.br?

JUSTIFICATIVA

Deflagrada na manhã de hoje, 04 de março de 2016, a 24^a fase da Operação Lava Jato, batizada de Aletheia, cumpriu 44 mandados, sendo 33 de busca e apreensão e 11 de condução coercitiva.

Dentre os atingidos pela operação, destaca-se a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, ex-Presidente da República, que foi alvo de mandado de condição coercitiva e de busca e apreensão em seu duplex, em São Bernardo/SP, no Instituto Lula, na capital paulista, no sítio Santa Bárbara/SP, em Atibaia/SP, e no seu suposto tríplex do Guarujá/SP.

Apesar da legalidade da operação, petistas manifestaram-se contrariamente às investigações, classificando-a como “arbitraria, ilegal e injustificável”.

Ocorre que o Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Miguel Rossetto, que é filiado ao Partido dos Trabalhadores, se valeu da estrutura do ministério para defender o ex-presidente Lula. Por meio da assessoria oficial da pasta, o ministro divulgou nota à imprensa¹ declarando estar “perplexo” e afirmando que a condução coercitiva de Lula para depor é uma “violência”. Segundo Rossetto, “o presidente Lula já prestou depoimento e sempre se colocou à disposição das autoridades. Isso não é justiça, isso é uma violência”.²

Resta evidente, portanto, que o Sr. Miguel Rossetto se valeu da

¹ <http://epoca.globo.com/tempo/expresso/noticia/2016/03/ministro-do-trabalho-usa-estrutura-do-governo-para-defender-lula.html>

² <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1746269-em-nota-ministro-se-diz-perplexo-e-indignado-com-nova-fase-da-lava-jato.shtml>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

estrutura do Ministério do Trabalho Emprego para atender os seus interesses políticos, partidários e ideológicos. O presente requerimento de informações tem como objetivo, portanto, coletar informações para averiguar os responsáveis pela elaboração e divulgação da nota, a fim de que esta Casa e este signatário se municiem de subsídios para, se for caso, adotar as medidas legislativas e judiciais cabíveis.

Sala das Sessões, em de março de 2016.

Deputado PAUDERNEY AVELINO DEM/AM